

GÊNEROS DISCURSIVOS E O ENSINO-APRENDIZAGEM DE JAPONÊS: o que os textos têm a (nos) ensinar

Renan Kenji Sales Hayashi *

RESUMO: *Este artigo objetiva discutir a importância do uso das teorias dos gêneros discursivos no ensino de língua japonesa como língua estrangeira. Para tal, apresentamos brevemente algumas teorias trazidas da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), da análise do discurso crítica da linha britânica e dos gêneros discursivos da linguística textual. Em seguida, com base nessas teorias, analisamos um gênero discursivo – o ensaio – com vistas a ilustrar como o trabalho com gêneros discursivos poderia se inserir no processo de ensino-aprendizagem de japonês no Brasil.*

PALAVRAS-CHAVES: *Ensino de Japonês, Gêneros Discursivos, Linguística Sistêmico-Funcional.*

ABSTRACT: *This paper aims at discussing the importance of discursive genre theory use in the teaching of Japanese as a foreign language. Therefore, we briefly discuss some theoretical background from the Systemic Functional Linguistics (SFL), British Analyzing Discourse and discursive genres on textual linguistics. Afterwards, based on this background, we analyze a discursive genre – a literary essay – aiming at illustrating how discursive genre work could be carried out in the process of teaching and learning Japanese in Brazil.*

KEYWORDS: *Japanese teaching, Discursive Genre, Systemic Functional Linguistics.*

LÍNGUA E GÊNEROS DISCURSIVOS

A relação entre funções sociais da linguagem e o sistema linguístico-

* Doutorando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento da Pessoa de Nível Superior (CAPES). Mestre em Linguística Aplicada para Universidade de Brasília (UnB).

gramatical teve em Halliday em *An Introduction to Functional Grammar* (1991), um grande expositor a partir da vertente teórica da Linguística Sistêmica Funcional (LSF). A LSF, grosso modo, preconiza a língua como um sistema aberto e dialético, enfatizando a capacidade que enunciações têm de serem estruturadas pelo aspecto social, mas também o potencial destas em modificar o sistema social que as possibilita. A gramática da LSF prevê as implicações das funções sociais na língua, bem como discute a relação entre linguagem e sociedade. Naquela é possível perceber não uma prescrição de como a língua deve ou não ocorrer, mas sim, enfatiza o caráter *multifuncional* da linguagem, ora funcionando como recurso de expressão de conteúdos acionais, ora como meio de interação social. Dessa forma, Halliday (1991) estabeleceu três macrofunções da linguagem que atuam simultaneamente em textos, a saber: a ideacional, a interpessoal e a textual.

A macrofunção *ideacional* diz respeito ao conteúdo da enunciação do falante. Nela, ocorrem representações das experiências, atitudes e crenças que refletem, por meio da língua, as maneiras como o indivíduo percebe sua realidade imediata. À vista disso, os enunciados reconstroem ações, eventos, estados e processos. “Essa função trata da expressão linguística do conteúdo ideacional presente em todos os usos da linguagem – independente do uso pragmático que se faz [...]” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 57). A segunda macrofunção defendida por Halliday (1991) é a *interpessoal*, entendida como a significação da linguagem em processos sociais, isto é, a língua como *ação*, sob o viés de sua função na

interação social e na negociação de significados entre os participantes do discurso. Ao cunhar essa macrofunção, Halliday reitera a visão de que a linguagem tem uma relação dialética e interna com a sociedade, reforçando uma visão funcionalista da língua(gem).

A última das macrofunções de Halliday é a *textual*. É nela que se pode observar um equilíbrio entre forma e função. Segundo Resende e Ramalho (2006), “[nessa função] aspectos semânticos, gramaticais, estruturais, que devem ser analisados no texto com vistas ao fator funcional” (p.57), sendo assim, até mesmo estruturas puramente gramaticais são inseridas nas enunciações objetivando ressaltar seu vetor de funcionalidade. Ainda segundo as autoras, todo enunciado pronunciado em um dado evento social é multifuncional, portanto, conjuga as três macrofunções da linguagem interrelacionadas. Tomando por pressuposto teórico os estudos em LSF, Norman Fairclough, em sua obra *Analysing Discourse* (2003), ressignificou grande parte da teoria da LSF, agregando novos conceitos linguístico-discursivos, sobretudo os conceitos de gêneros, discurso e estilo.

Tendo identificado a afinidade entre as macrofunções de Halliday (1991) e os conceitos de estilo e gêneros que figuravam na linguística textual, Fairclough (2003) salienta a estreita relação entre texto e evento social, propondo uma ressignificação dessas macrofunções hallidianas. Sem perder de vista o conceito da multifuncionalidade da linguagem, se apoia no parâmetro funcionalista da língua(gem) e sugere que as três *macrofunções* sejam, segundo o autor, tratadas como três *significados*.

À vista disso, Fairclough (2003) parte das macrofunções de Halliday

(1991) e ressignifica cada uma delas. A macrofunção *textual* é, então, nomeada *significado acional*, que entende o texto como modo de ação e interação em eventos e práticas sociais. O significado acional da linguagem desponta sobre os conceitos de macrofunções de Halliday (1991), uma vez que além de entender a interação que ocorre entre discurso e prática social, assevera o potencial que enunciados têm de legitimar ou questionar relações sociais e de poder (RESENDE; RAMALHO, 2006)

Além do *acional*, o escritor britânico cunhou um segundo significado, o *representacional*, equivalente à macrofunção ideacional de Halliday. Essa conceituação textualiza os aspectos e as experiências do mundo, sejam elas físicas, psicológicas ou sociais, vividas pelos participantes de enunciados. Por ser paralelo à macrofunção ideacional, o significado representacional também cumpre o papel de descrever a realidade social por meio da língua.

Por fim, a macrofunção interpessoal foi reexaminada e tratada por Fairclough (2003) como significado *identificacional*. Nesse significado, a língua é utilizada como meio de construção, negociação e contestação de identidades *no* discurso e *pelo* discurso.

Destarte, a partir dessa discussão, é razoável questionar-se de que maneira os gêneros discursivos, ponto central de investigação no presente artigo, podem ser entendidos nesse recorte teórico da LSF e de Fairclough (2003). Com efeito, os gêneros pertencem a um determinado contexto sociohistórico e cultural, além de se vincularem a determinadas ordens de discurso, sendo estes os elementos discursivos que estão localizados entre o

potencial abstrato do social e o lado empírico que os textos materializados têm. Nesse sentido, “cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares, que articulam estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto sociohistórico e cultural” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.62). À vista disso, Fairclough (2003, p. 65) afirma que os gêneros são “o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais”. Assim sendo, ao analisar um texto sob o ponto de vista de seu gênero, tenta-se entender como essa materialidade linguística funciona na interação social entre atuantes em eventos sociais inseridos em práticas sociais. A seguir, aprofundaremos a discussão sobre gêneros discursivos.

GÊNEROS, TIPOS E DOMÍNIOS DISCURSIVOS

Para Marcuschi (2003) “é impossível não se comunicar verbalmente [que não seja] por algum texto” (p.154). Miller (1984) defende que a apropriação de gêneros discursivos pelos indivíduos que comunicam é basilar para que haja interação entre os mesmos, visto que os gêneros são instrumentos de socialização, inserção em práticas sociais e em atividades humanas.

Contudo, ao longo dos estudos sobre gêneros, algumas questões persistiram e impediram que as teorizações sobre esse tema progredissem. Uma dessas questões foi a distinção entre *tipo*, *gênero* e *domínio* discursivos. Para Marcuschi (2003), *tipo* designa uma espécie de

construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição – características lexicais, semânticas, sintáticas, estilística, relações de lógica entre outras. Para o autor (2003), “tipos textuais são mais modos do que necessariamente textos materializados” (p.154). Com efeito, os tipos textuais podem ser enumerados em cerca de cinco categorias: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. A predominância de um tipo discursivo em um texto é o que vai determinar sua classificação em narrativo, expositivo ou descritivo.

Já os *gêneros* têm sua definição ampliada porque se referem a textos materializados em situações comunicativas e interacionais mais complexas e recorrentes. Chouliaraki e Fairclough (1999) asseveram que os gêneros são um “mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos” (p.144).

Nesse sentido, é conveniente entender os *gêneros* como maneiras pelas quais mensagens contribuem para a representação e negociação de relações sociais entre os participantes do discurso (SILVA; RAMALHO, 2008). Diferentemente dos tipos, os *gêneros* são entidades empíricas que são responsáveis por situações comunicativas e se expressam em designações diversas, sendo, portanto, uma listagem aberta. São materialidades linguísticas que se encontram nas interações diárias, os quais possuem um padrão sociocomunicativo singular caracterizado por sua funcionalidade, enunciação e estilos concretamente realizados, integrando aspectos históricos, sociais, institucionais e técnicos

(MARCUSCHI, 2003).

Por fim, os *domínios* discursivos estão mais relacionados às instâncias discursivas, ou seja, à esfera de atividade da ação humana. Não contém um gênero discursivo específico, mas abrangem uma gama relativamente grande de gêneros e podem dar origem a tantos outros. O domínio jornalístico, o jurídico, o religioso são exemplos de domínios discursivos que contêm práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros que, por vezes, lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder.

Vale ressaltar que, embora se faça uma distinção entre tipo, gênero e domínios discursivos, esses aspectos não são contraditórios, nem mutuamente excludentes. Pelo contrário, são complementares e dialéticos, visto que um só se constitui e se forma pela existência do outro. Portanto, essas características não são dicotômicas, são integradas e conjugadas. Em um determinado texto, evento comunicativo e/ou prática social estão presentes vários tipos discursivos e sua classificação dependerá da predominância de um tipo em detrimento de outros. Assim como há casos em que pode haver alguns gêneros discursivos conjugados a outros, o fenômeno da intergenericidade, como veremos adiante, pode ocorrer movimentos de hibridização de tipos, sendo que a classificação e identificação vão depender não só da predominância, como também do propósito comunicativo. Na subseção que segue, discutiremos um pouco

mais sobre o recurso da intergenericidade.

INTERGENERICIDADE

A intergenericidade revela a plasticidade e a dinamicidade dos gêneros, refutando a ideia de que os estudos que se propõem prescritivos falham ao não entender os gêneros como sendo além de recursos linguísticos, também facetas discursivas da realidade social. Para Fairclough (2005), o processo de intergenericidade releva uma mudança maior que opera no aspecto socioeconômico das relações e práticas entre os indivíduos. Para o autor britânico (2003), as mudanças na economia, nos valores sociais e nas relações interpessoais fizeram com que novos gêneros surgissem a partir da hibridização de gêneros já existentes, o que ele chamou de *Genre Mixing*. Nas palavras dele “the change manifests itself partly the emergence of a new genre within the genre chain, through the mixing of existing genres¹” (FAIRCLOUGH, 2003, p.34).

Além disso, Fairclough pontua que junto aos processos de intergenericidade, em que gêneros se somam a fim de agir no e sobre o social, ocorrem também os processos de interdiscursividade, nos quais discursos são somados e/ou hibridizados entre si, se inserem em contextos diferentes e aparecem combinados com um tipo diferente de linguagem. Em *El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales* (2003), Fairclough assevera que “[interdiscursividade]

¹ “A mudança manifesta-se parcialmente na emergência de um novo gênero, dentro de uma cadeia de gênero, por meio de mistura de gêneros existentes” (tradução nossa).

significa que los textos se insertan en un contexto diferente, y por conseqüente, aparecen combinados con un tipo de lenguaje distinto² (...)” (p.196). Essa operação de mescla de diferentes discursos acarreta uma recontextualização que também pode ser observada nas operações de intergenericidade. Sobre isso, o autor afirma “La recontextualización implica este carácter híbrido, esta mezcla de diferentes discursos [...] la recontextualización implica una transformación [...] sus inflexiones están moduladas por el discurso que se está recontextualizando³” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 196).

Nesse sentido, é interessante notar que as operações de intergenericidade não envolvem apenas mudanças na forma, e sim mudanças funcionais e situacionais, na medida em que imbricar dois ou mais gêneros significa recontextualizá-los, modificá-los e ressignificá-los de acordo com os propósitos e objetivos dos interactantes de determinado evento ou prática social. Resende e Ramalho (2006) defendem que a combinação de gêneros, ou seja, a intergenericidade revela uma mudança nas práticas sociais e em formas de interação entre sujeitos em determinados contextos. Com efeito, mudanças sociais podem acarretar mudanças articulatórias e discursivas. Para autoras:

Gêneros específicos são definidos pelas práticas sociais a eles relacionadas e pelas maneiras como tais práticas são articuladas, de tal modo que as mudanças articulatórias em práticas sociais incluem mudanças nas formas de ação e interação, ou seja, nos gêneros discursivos, e a mudança genérica

² “Interdiscursividade significa que os textos se inserem em um contexto diferente, e, com efeito, aparecem combinados com um tipo distinto de linguagem” (tradução nossa).

³ “A recontextualização implica neste caráter híbrido, essa mistura de diferentes discursos [...] a recontextualização implica numa transformação [...] suas inflexões estão moduladas pelo discurso que está recontextualizando” (tradução nossa).

frequentemente ocorre pela recombinação de gêneros preexistentes. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.62)

Esta visão capta a interface dialética entre linguagem e sociedade, na qual a sociedade possibilita e ao mesmo tempo constrange as estruturas e ferramentas linguísticas passíveis de serem utilizadas, bem como o que pode ser dito e também quem pode dizer certos enunciados. Ao mesmo tempo, a linguagem tem modos e meios de se colocar no meio social como um mecanismo que pode articular e desarticular convenções sociais, preservar ou contestar relações assimétricas de poder, bem como operacionalizar mudanças sociais mais amplas.

Dessa forma, os gêneros discursivos podem ser úteis ferramentas de estudo e compreensão de estruturas linguísticas e sociais, na medida em que tange ambos os aspectos e se colocam como uma faceta intermediária entre esses dois domínios. Sobre isso Fairclough (2005) afirma: “The analysis of interdiscursive hybridity in texts provides a potentially valuable resource for enhancing research based upon these perspectives, offering a level of detailed analysis which is not achievable within other methods⁴” (p. 35).

PRÉ-GÊNEROS, GÊNEROS SITUADOS, GÊNEROS DESENCAIXADOS E GÊNEROS DE GOVERNANÇA

⁴ “A análise do hibridismo interdiscursivo nos textos viabiliza um recurso potencialmente valioso para o aprimoramento de pesquisa baseada nessas perspectivas, oferecendo um nível de análise detalhada, a qual não é alcançada dentro de outros métodos” (tradução nossa).

Como já mencionado anteriormente, os gêneros representam a faceta discursiva das práticas de ação e interação social localizados em eventos sociais. Ao se observar determinado gênero discursivo, na verdade, analisa-se de que forma um texto materializado figura em tais interações, assim como de que forma ele contribui para sustentar, manter ou contestar eventos localizados em domínios discursivos mais amplos.

A questão de localizar um gênero em um domínio discursivo é, pois, de suma importância, visto que há gêneros que atuam em escalas menos genéricas, portanto, mais restritas. Por outro lado, há aqueles que apresentam uma plasticidade maior quanto ao seu grau de adaptação e transição entre diferentes domínios, e por isso estão associados a redes de práticas sociais relativamente mais abrangentes. Além disso, os gêneros também variam seus graus de homogeneização, pois alguns “gêneros possuem estruturas composicionais mais rígidas, outros mais flexíveis” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 62).

Fairclough (2003) afirma que “neste período de transformação social rápida e profunda, há uma tensão entre pressões pela estabilização, parte da consolidação da nova ordem social, e pressões pela fluidez e pela mudança” (p.66). Nesse sentido, os gêneros como facetas discursivas do social espelham essas transformações e tentativas de estabilização e consolidação. Com efeito, o próprio social tem esse aspecto mutacional de estar em constante transformação e reconfiguração, sendo que os gêneros acompanham esse movimento no sentido a uma conformação que atenda às

expectativas dos usuários e que esteja dentro das possibilidades viabilizadas pelas estruturas sociais.

Assim sendo, os gêneros implicam atividades específicas, estreitamente relacionadas a práticas sociais particulares, localizados em domínios, com propósitos específicos. Bakhtin (1997) caracterizou esse processo como uma escolha de possibilidades com “escopos intencionais”, pois a escolha de um gênero em detrimento de outro(s) não é arbitrária. Pelo contrário, revela motivações, estilos, identidades e propósitos que são desvelados ao se analisar o percurso linguístico e a ação e o prestígio social que um gênero tem em determinado domínio discursivo.

Isso significa que os textos materializam linguisticamente escolhas operadas também nos contextos da cultura e de situações, fatos relacionados à escolha de gêneros e o registro dos mesmos. Ou seja, ao interagir pela linguagem, em geral, as pessoas, primeiramente elegem um gênero do contexto cultural, que ao mesmo tempo em que possibilita, constrange as seleções realizadas no contexto das situações, o que quer dizer que influencia o sistema de registros também.

Nesse sentido, faz-se necessário elucidar quais as possibilidades de registros e gêneros de que os interactantes e usuários de uma língua dispõem. Os estudos sobre esse assunto não acordam em relação à nomenclatura e taxonomia, embora tratem da mesma temática. O que é consenso entre eles é o fato de que os gêneros não podem ser tratados como entidades estanques, nem como peças do discurso desprovidas de

correlações com processos sociohistóricos de constituição, ideologias e visões de mundo (SILVA; RAMALHO, 2008, p.21).

A primeira dessas possibilidades se refere ao fato de que os gêneros discursivos variam em relação ao seu grau de abstração, sendo os pré-gêneros mais abstratos que os gêneros situados e os gêneros desencaixados. Os pré-gêneros, conceito extraído da teoria de Swales (1990), representam categorias abstratas que se localizam sobre as redes de práticas sociais e que participam da composição de diversos outros gêneros, sejam eles situados ou desencaixados. Nesse sentido, os pré-gêneros são potenciais abstratos que são alçados na composição de diversos tipos de textos. Os pré-gêneros são tratados por Marcuschi (2003) como tipos textuais, já Bakhtin (1997) entende este potencial abstrato como gêneros primários ou gêneros simples.

Na visão de Marcuschi (2003), os tipos textuais – pré-gêneros – são constituídos de maneira espontânea em situações cotidianas de comunicação menos complexas. Além disso, podem ser enumerados e agrupados em torno de meia dúzia de exemplos e contribuem na constituição dos gêneros mais complexos, sejam eles os situados ou desencaixados.

Em um gradiente de concentração, os pré-gêneros representam o mais alto grau de abstração, sendo, portanto, menos materializados. Já os gêneros situados são “categorias mais concretas utilizadas para definir gêneros que são específicos de uma rede de práticas particulares” (MARCUSCHI, 2003, p.63). Chouliaraki e Fairclough (1999) asseveram

que um gênero situado representa “um tipo de linguagem usado na performance de uma prática social particular” (p.56). Ao se falar em gêneros situados indistintamente se fala em domínios discursivos, pois os situados transitam, em geral, somente naquele domínio que lhe possibilitou origem e manutenção ao longo do tempo, por parte de seus usuários.

Portanto, o conceito de situabilidade se refere à noção de pertencimento de um, ou mais gêneros, a um determinado domínio. Essa noção de pertencimento também se relaciona ao conjunto de práticas sociais particulares, na medida em que os gêneros são “maneiras de agir e relacionar-se discursivamente em práticas sociais, [e que] implicam relações com os outros, mas também ação sobre os outros, e poder” (FAIRCLOUGH, 2003, p.29). Cabe ressaltar que essa ação com/sobre os outros não é difusa e descontextualizada. Pelo contrário, somente têm sentido porque se inserem em domínios cujos limites reconhecem a ação por meio de determinado gênero e sua validade perante os membros daquele domínio, bem como o interesse por manter determinada ação discursiva como sendo válida.

Marcuschi (2003) nomeia esse tipo de gênero como gêneros textuais propriamente ditos, ao tempo em que Bakhtin (1997) os classifica como gêneros secundários ou gêneros complexos. Para os autores, esse tipo de gênero representa realizações linguísticas empíricas que, influenciadas por propriedades sócio-comunicativas, cumprem funções em situações comunicativas. Ao contrário dos pré-gêneros – ou tipos textuais – que são numeráveis e relativamente estáveis, os gêneros situados - gêneros textuais

– são muitos, inúmeros e nem todos possuem nomenclatura consensual aceita, visto que alguns apresentam configuração híbrida, e portanto, conjugam características dos gêneros que lhe deram origem sendo que o gênero resultante assume a função de outro(s).

Em oposição aos gêneros situados, que estão atrelados à rede de discursos específicos e domínios discursivos que lhe possibilitaram a origem, existem os gêneros desencaixados. Estes gêneros “não correspondem a construtos teóricos, mas sim, a realizações linguísticas concretas que transcendem redes particulares de práticas” (SILVA; RAMALHO, 2008). Com efeito, diferentemente dos gêneros situados, os desencaixados têm plasticidade de transitar em diferentes domínios e servir a diferentes propósitos. Fairclough (2003) reforça essa ideia ao afirmar que os gêneros não constituem regras rígidas ou padrões imutáveis, ao contrário, consistem em um potencial que pode ser trabalhado de maneiras variáveis e criativas em eventos discursivos concretos.

Entretanto, é conveniente ressaltar que esses gêneros desencaixados não operam necessariamente sobre a ação de recursos de intergenericidade, na qual ocorre combinação de diferentes gêneros. O desencaixe ocorre quando um gênero se presta a funcionar e significar em outros domínios. Resende e Ramalho (2006) trazem o interessante exemplo do gênero “bula de remédio” que originalmente circulava somente no domínio discursivo da medicina. Contudo, esse gênero foi ressignificado, e agora figura como uma maneira de promover determinado medicamento, transitando no domínio da publicidade. Outro exemplo é o gênero “depoimento” que

figura em domínios vários tais como o jornalístico, médico, acadêmico, publicitário.

Dessa forma, é possível perceber a complexidade que envolve a questão dos gêneros discursivos na atualidade. Devido a sua mobilidade e dialogicidade entre o expediente linguístico e o social, os gêneros estão sempre sendo reformulados em suas interações semióticas (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.64). Dessa forma, um gênero pode inclusive comandar ordens de discurso inteiras, bem como configurar e ordenar práticas sociais nos quais os próprios discursos são ferramentas de ação e interação. Chouliaraki e Fairclough (1999) reiteram que um:

[...] gênero é em si um mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos e, portanto, precisa ser compreendido como a faceta regulatória do discurso, e não simplesmente como estruturação apresentada por tipos fixos de discurso” (p.144).

Dessa forma, podemos afirmar que “[os gêneros estão] facilitando a acentuada capacidade de 'ação a distância' e, portanto, facilitando o exercício de poder” (SILVA; RAMALHO, 2008, p.27). Ao identificar a importância dos gêneros na sustentação da estrutura institucional da sociedade contemporânea, incluindo relações capitalistas, estamos enfatizando a relação entre o poder e gêneros. Nesse sentido, pode-se entender que existem alguns gêneros que podem não somente controlar discursos, mas também práticas sociais mais amplas e complexas. Fairclough (2003) nomeia esses gêneros como gêneros de governância em

oposição aos gêneros textuais que são gerenciados por aqueles. Enquanto os gêneros textuais de não-governância estão embutidos no mecanismo de ação como as coisas são feitas, os gêneros de governância estão na regulação e no controle de como essas coisas são feitas. Esse controle está associado ao domínio de redes de práticas sociais que podem atuar no controle de outras redes de práticas menores.

“As notícias, como exemplifica o autor, associadas aos meios de comunicação que integram o 'aparato de governância', podem regular e controlar os eventos noticiados e as maneiras como as pessoas reagem a esses eventos” (SILVA; RAMALHO, 2008, p.27). Mais que isso, os gêneros de governância operam com diferentes práticas sociais, recontextualizando-as e transformando-as em processo que podem “legitimar discursos ideológicos, maneiras particulares de representar práticas a partir de perspectivas posicionadas que suprimem contradições, antagonismos, dilemas, em favor de seus interesses e projetos de dominação” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 26). É nesse sentido que Fairclough afirma:

The genres of governance are characterized by specific properties of recontextualization – the appropriation of elements of one social practice within another, placing the former within the context of the latter, and transforming it in particular ways in the process⁵ (FAIRCLOUGH, 2005, p.32)

GÊNEROS DISCURSIVOS E O ENSINO DE LÍNGUA JAPONESA

⁵ “Os gêneros de governança são caracterizados por propriedades específicas de recontextualização – a apropriação de elementos de uma prática social dentro de outra, colocando a primeira inserida no contexto da segunda, e a transformando em formas particulares no processo” (tradução nossa).

Por todo o exposto anteriormente, nesse momento, nos deteremos em discussões sobre a validade de trabalhar com a noção de gêneros discursivos para ensino de língua japonesa como língua estrangeira no Brasil. É sabido que grande parte dos materiais utilizados atualmente lançam mão unicamente de textos dialogais. Para ilustrar a contribuição que um gênero literário poderia agregar ao ensino de japonês, trazemos o exemplo de um *ensaio*⁶ do escritor japonês Shiga Naoya.

O ensaio intitulado *Kinosakinite* (1984) – Em Kinosaki – narra a experiência e as impressões do autor com a morte, após ter sofrido um acidente quase fatal que o fez sentir o fim de sua vida bem de perto. Por meio da análise do ensaio é possível perceber elementos textuais que não estão presentes em textos dialogais, como por exemplo, a trama, o trabalho com o espaço e tempo e a profundidade psicológica das personagens.

Nesse sentido, o trabalho que pode ser feito é complementar o trabalho com os diálogos presentes nos livros didáticos adotados com gêneros discursivos tais como o *ensaio* aqui ilustrado. Por meio da análise do ensaio, é possível levantar e explorar a plurissignificação dos léxicos aplicados ao texto, a ação, trama, tempo, espaço e os recursos narrativos que extrapolam os limites dos quais os diálogos dispõem. No ensaio *Kinosakinite*, Shiga Naoya teve um especial cuidado ao tratar da qualidade da linguagem, de maneira que seu texto pudesse ficar claro, correto, coeso e que transmitisse aos leitores tudo aquilo que ele sentisse ou visualizasse

⁶A despeito da problemática da nomenclatura desse tipo de gênero, o presente trabalho irá adotá-lo como sendo um ensaio, embora muitos autores tenham dúvidas quanto ao rótulo desse texto que oscila entre um conto e um ensaio.

da forma mais fiel possível. Vale citar que “muitos críticos já chamaram atenção para essa qualidade de Shiga, tanto que trechos de sua obra *Kinosakinite* são citados como linguagem modelo da língua japonesa” (YOSHIDA, 1984, p.62).

A título de exemplo, citamos a habilidade do autor em trabalhar no ensaio com os conceitos de 淋しい – tristeza; 静かさ – quietude e いやな気持ち – sentimento ruim, melancolia. Shiga soube trabalhar com a nuance desses conceitos, ora expondo como uma sensação advinda de um acontecimento, ora colocando quase como uma dicotomia entre dois sentimentos que na superfície podem parecer contrários, mas na verdade, pelo trabalho do autor e pela nuance impressa no texto, eles se mostram complementares. Esse tipo de trabalho com conceitos só pode ser explorado significativamente em um texto em prosa mais elaborado, no qual o leitor pode apreender o sentido a partir de uma leitura mais profunda e crítica, fato que o diálogo por si só não contempla.

Outro recurso que pode ser analisado no gênero discursivo ensaio é a ação. Segundo Massaud Moisés, ação é “a soma dos gestos e atos que compõem o enredo, o trecho ou a história” (MOISÉS, 1970, p.89). Além disso, a ação pode variar entre interna e externa. Uma viagem, o deslocamento de um ambiente para o outro, uma batida de carro são ações no plano externo. Já a ação interna diz respeito ao fluxo de consciência e/ou subconsciência de uma personagem ao longo da trama. No ensaio de Shiga, é possível identificar esses dois tipos de ação, tanto sua viagem às termas após o acidente, seus passeios ao parque e ao rio, como seus fluxos

psicológicos de lembrança do acidente, do enterro dos pais e a narração das mortes dos animais.

A duplicidade de ações está presente porque segundo Moisés “decerto, não existe ação externa pura nem ação interna pura, o que significa que uma pode prevalecer sobre a outra, sem jamais anulá-la numa mesma obra coexistem as duas formas de ação” (MOISÉS, 1970, p. 89). Gêneros discursivos como ensaio, contos, crônicas e tipos textuais como narração e descrição são ricos em recursos para descrever ações, pois grande parte desses gêneros e dos tipos textuais se fundamentam e necessitam desse elemento para se constituírem enquanto gênero e enquanto tipo.

No caso do tempo, Moisés afirma que este “constitui um dos aspectos mais importantes – se não o mais importante – da prosa de ficção” (MOISÉS, 1970, p.101), porque segundo o autor, “é para ele que confluem todos os integrantes da massa ficcional, desde o enredo até a linguagem” (MOISÉS, 1970, p. 102). No ensaio em questão, os marcadores temporais são frequentemente expressos por meio de palavras como 夜の間に⁷ e ある夜のこと⁸. Ao longo de textos em prosa, e em gêneros como o conto, a fábula, o paradidático e o próprio ensaio, a criação do tempo é particularmente importante e tem seu efeito causado por esses marcadores temporais que vão tecendo e apontando em qual tempo se estrutura a trama do texto.

⁷ Tradução do japonês para o português: durante a noite.

⁸ Tradução do japonês para o português: em uma noite.

Em *Kinosakinite*, o tempo é relatado de maneira muito peculiar, pois além da linearidade cronológica de apresentação dos eventos, como a morte da abelha durante o dia, a morte do rato e da salamandra em dias que se seguiram a esse, o autor opta por extrapolar os limites da linearidade cronológica e alça também recursos psicológicos na tecedura de seu texto. Ao visualizar a morte iminente do rato, ele retorna imediatamente ao episódio de seu atropelamento pelo trem, numa técnica de *flash-back*, na qual o autor rompe a sucessão retilínea dos eventos para retomar e descrever uma ação ou experiência que aconteceu em um passado mais distante.

Ao narrar eventos passados por meio da técnica do *flash-back*, o autor também fragmenta o elemento *espaço*, na medida em que se transpõe imediatamente de um espaço para o outro, onde aconteceram ações outras que não as narradas no presente momento. Além disso, é relevante notar como o espaço aparece em um texto e quais funções ele pode assumir durante a trama. No ensaio de Shiga, as termas aparecem como plano de fundo para o desenrolar das ações e no correr do tempo.

Contudo, de todos os elementos aqui apontados, o de maior relevância para a análise de gêneros distintos são os recursos narrativos. Por meio destes, é possível afirmar sob qual gênero predominante se trabalha e se deseja atingir determinado objetivo. Por recursos narrativos entende-se o diálogo direto, o indireto, o monólogo interior, o solipsismo – “em que a personagem fala sozinha, sem interlocutor, nem mesmo escritor aparente” (MOISÉS, 1970, p. 115) –, bem como a descrição a serviço da

narração. É relevante ressaltar que esses recursos não aparecem estanques e isolados, mas sim entrelaçados e híbridos, compondo uma trama narrativa razoavelmente complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gênero discursivo *ensaio* para se constituir como tal, deve alçar esses diferentes elementos e contemplar diversos aspectos da língua japonesa. Assim como o *ensaio* requer esse tipo de estrutura, os outros gêneros vão requerer uma outra estrutura composicional para figurar em domínios discursivos pertinentes e atingir objetivos sociais e linguísticos por meio deles. Dessa forma, o trabalho a ser feito ao ensinar língua japonesa deve ter em vista que a linguagem pode figurar em diferentes instâncias e formas, assim como em diferentes domínios e esferas sociais. Contudo, para se estruturar no mundo, a língua requer um mecanismo que lhe dê forma e função, e esse mecanismo é o gênero discursivo. Um ensino que se pretenda mais abrangente e eficaz deve situar seus aprendizes nas mais diversas situações em que a língua-alvo, no caso o japonês, pode assumir. Os gêneros contribuem significativamente para demonstrar não somente qual forma e expediente linguístico são pertinentes em cada situação, assim como qual objetivo é possível de ser atingido utilizando um gênero discursivo. Além disso, o ensino de língua japonesa apoiado nos gêneros discursivos deverá inculcar nos alunos a noção de que o sistema linguístico que eles aprendem ao longo dos anos de estudo tem de estar a

serviço de trocas e interações sociais entre os indivíduos, assim como afirmou Bakhtin (1997). O cerne da língua não está no sistema em si, mas no processo social no qual ocorrem as interações verbais. Bakhtin (1997) dá especial enfoque às interações verbais, pois compreende a linguagem como altamente complexa e concatenada a elementos externos, como o social, os discursos e seus usuários.

O trabalho com os gêneros deve despertar a atenção dos aprendizes para os elementos mais característicos de cada gênero como trama, enredo, tempo; mas também deve levantar questões de quais vozes e quais discursos podem estar contidos naquele texto, e quais gêneros possibilitam a inserção de vozes e discursos de outros autores. Bakhtin (1997) afirma que a linguagem é dialógica e polifônica por excelência, portanto, os textos – que são possibilitados pela linguagem – são também polifônicos e dialógicos. Silva e Ramalho (2008) afirmam que mesmo os textos que não aparentam serem dialógicos e polifônicos, o são. E estes textos compõem uma longa cadeia de textos que ora se antecipam, ora se repetem dentro dessa cadeia linguística.

As possibilidades que os gêneros trazem extrapolam os limites discursivos. Avançam por sobre as fronteiras do histórico, do social e do cultural. Um processo de ensino-aprendizagem de japonês que contemple essas características não linguísticas estará decerto agregando novos valores e novas maneiras de pensar na língua e sobre a língua. Fairclough (2003) afirma que os gêneros residem em um determinado contexto sociohistórico e cultural, além de pertencerem a determinadas ordens de

discurso. Ao analisarmos, mesmo que brevemente, um gênero discursivo no contexto de sala de aula – invariavelmente falar-se-á sobre o contexto histórico de tessitura do texto, as influências literárias e culturais que motivaram o autor a escrever da forma que escreveu, bem como as possibilidades contidas naquela forma linguística. Além dessa análise mais exterior ao texto, uma análise mais intrínseca levantará as questões aqui já levantadas sobre forma e função, objetivos e ações no social.

É interessante notar que ao trabalharmos com um gênero discursivo, como foi o caso do *ensaio* neste trabalho, estamos lidando não só com o gênero empírico em si, mas também as ordens e os domínios discursivos aos quais pertence esse gênero. O caso do *ensaio* é bastante ilustrativo, pois ele não é um gênero desencaixado ou de governância. Então exclui uma série de fatores que poderiam interferir na configuração dele enquanto recurso discursivo. É um gênero situado que pertence ao domínio literário, e como tal, alça elementos de certa complexidade como recursos narracionais, descritivos, trama, enredo, fluxo psicológico e ação.

Dessa forma, é possível identificar nos gêneros espectros mais amplos, como as práticas sociais, já que “cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares que articulam estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto sociohistórico e cultural” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 62). À vista disso, é útil trabalhar com diferentes gêneros no ensino de língua japonesa, pois rompem essas fronteiras estabelecidas por textos dialogais e avançam com um trabalho que abarque elementos históricos, sociais, linguísticos e

discursivos postos em prática a favor da aprendizagem efetiva da língua, pois os indivíduos que se apropriam efetivamente de diferentes gêneros são usuários mais habilidosos no trato da língua e tem ferramentas e possibilidades para transitarem proficientemente em diferentes domínios discursivos e sociais. E esse domínio, acreditamos, é um dos objetivos maiores do ensino de línguas estrangeiras na modernidade, estando a língua japonesa inserida nesse contexto.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2011.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinbourg: Edinbourg University, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse*. London; New York: Routledge, 2003.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1991.

MARCUSCHI, L. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELLO, D. E. W. de (org.). *Gêneros textuais: ensino e produção*. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2005.

MOISÉS, M. *Guia prático de análise literária*. São Paulo: Cultrix, 1970.

MUKAI, Y.; YOSHIKAWA, M.. Análise e crítica de dois materiais didáticos em língua japonesa. *Estudos Japoneses XXVII*, São Paulo: Centro de estudos japoneses da USP, 1984.

NASCIMENTO, E. (org.). *Gêneros textuais: da didática das línguas aos objetos de ensino*. São Paulo, Claraluz, 2009.

OHTA, A. *Second language acquisition processes in the classroom: learning Japanese*. London: Continuum Publising, 2004.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, D.; RAMALHO, V. Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos. *Revista Latinoamericana de estudios del discurso/ ALED*, v. 8(1), 2008.

VIEIRA, J. [et.al.]. *Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

YOSHIDA, Luiza Nana. Kinoshakintei de Shiga Naoya. *Estudos Japoneses IV*, São Paulo: Centro de estudos japoneses da USP, 1984.